

MUNICÍPIO DE JOÃO LISBOA - PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE JOÃO LISBOA/MA
CNPJ: 07.000.300/0001-10

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

2º Semestre de 2018

INFORMAÇÕES INICIAIS - Versão 2018.1

DADOS DO GESTOR	
Nome do Gestor	JAIRO MADEIRA DE COIMBRA
Período de Mandato	2017-2020
CPF	243.189.733-87
Contador	MANOEL AGUIAR REINALDO
Inscrição no CRC	8596-O - MA
DADOS DO RELATÓRIO	
Meio de Publicação	Mural, Portal Município, Diário Oficial do Município.
Data da Publicação (Art. 55 da LRF)	01/30/19
Data de Encaminhamento ao TCE (Art. 53 da Lei 8.258)	01/30/19
DADOS CADASTRAIS	
Endereço Eletrônico do Portal da Transparência (Lei 131/2009)	www.joaolisboa.ma.gov.br
Endereço da sede da Prefeitura Municipal:	Av. Imperatriz, n.º 1331 - Centro - João Lisboa/Ma
Telefones, Fax, Celulares:	(99) 9126-5630
Site e/ou email de contato:	pmjlma@hotmail.com

RECIBO DE ENTREGA DE RELATÓRIO

Ente Federativo: João Lisboa

Tipo Da Remessa: RGF - EXECUTIVO MUNICIPAL

Período: 2º Semestre

Exercício: 2018

Relatório recebido via internet pelo TCE/MA em: 29/01/2019

Número do recibo: 1548798308875

AVISO

O recibo de confirmação do recebimento do arquivo pelo TCE/MA não exime o jurisdicionado do cumprimento dos pontos de controle da LRF o qual será confirmado somente após análise dos dados pelo núcleo de acompanhamento da gestão fiscal.

São Luís, 29/01/2019

RGF/Tabela 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

MUNICÍPIO DE JOÃO LISBOA - PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE JOÃO LISBOA/MA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º Semestre de 2018
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

Tabela 1.1

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	28.370.916,62	0,00
Pessoal Ativo	28.370.916,62	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.721.694,81	0,00
Decisão PL TCE nº 15/2004	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	1.490.822,53	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	230.872,28	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	26.649.221,81	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	53.129.057,34	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	-	-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	53.129.057,34	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	26.649.221,81	50,16%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	28.689.690,96	54,00%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	27.255.206,42	51,30%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	25.820.721,87	48,60%

FONTE: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Nota:

Tabela 1.1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Modelo para Demonstrativo da Despesa com Pessoal detalhada mensalmente

MUNICÍPIO DE JOÃO LISBOA - PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE JOÃO LISBOA/MA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º Semestre de 2018
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LIQUIDADAS														
	<MR- 11>	<MR- 10>	<MR- 9>	<MR- 8>	<MR- 7>	<MR- 6>	<MR- 5>	<MR- 4>	<MR- 3>	<MR- 2>	<MR- 1>	<MR>			
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.201.205,22	2.238.742,31	2.450.006,20	2.354.271,90	2.540.295,39	2.432.570,63	2.191.741,86	2.163.868,76	1.897.265,03	1.991.803,24	2.503.549,18	3.405.596,90	28.370.916,62	0,00	
Pessoal Ativo	2.201.205,22	2.238.742,31	2.450.006,20	2.354.271,90	2.540.295,39	2.432.570,63	2.191.741,86	2.163.868,76	1.897.265,03	1.991.803,24	2.503.549,18	3.405.596,90	28.370.916,62	0,00	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	2.143.542,26	2.084.329,53	2.305.209,79	2.226.709,70	2.415.253,27	2.307.523,84	2.062.876,30	2.018.175,50	1.753.732,55	1.864.838,74	2.354.599,47	3.279.928,22	26.816.719,17		
Obrigações Patronais	57.662,96	154.412,78	144.796,41	127.562,20	125.046,79	125.046,79	128.865,56	145.693,26	143.532,48	126.964,50	148.949,71	125.668,68	1.554.197,45		
Benefícios Previdenciários													0,00		
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aposentadorias, Reserva e Reformas													0,00		
Pensões													0,00		
Outros Benefícios Previdenciários													0,00		
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)													0,00		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	273.828,13	110.971,74	92.805,44	235.164,86	213.903,67	286.412,60	161.903,74	112.403,90	73.234,92	52.455,42	62.962,40	45.647,99	1.721.694,81	0,00	
Decisão PL TCE nº 15/2004													0,00		
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária													0,00		
Decorrentes de Decisão Judicial	42.955,85	110.971,74	92.805,44	235.164,86	213.903,67	286.412,60	161.903,74	112.403,90	73.234,92	52.455,42	62.962,40	45.647,99	1.490.822,53		
Despesas de Exercícios Anteriores	230.872,28												230.872,28		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados													0,00		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.927.377,09	2.127.770,57	2.357.200,76	2.119.107,04	2.326.391,72	2.146.158,03	2.029.838,12	2.051.464,86	1.824.030,11	1.939.347,82	2.440.586,78	3.359.948,91	26.649.221,81	0,00	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		53.129.057,34
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) § 13, art. 166 da CF		-----
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)		53.129.057,34
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)		50,16%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		28.689.690,96
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		54,00%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)		27.255.206,42
		51,30%
		25.820.721,87
		48,60%

FONTE: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hh e mmm>

I. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Nota:

Tabela 1.1 -

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL								
<Exercício em que o ente excedeu o limite>			<Exercício do primeiro período seguinte>			<Exercício do segundo período seguinte>		
<Quadrimestre>			<Primeiro período seguinte>			<Segundo período seguinte>		
Limite	% DTP	% Excedente	Redutor mínimo de	Limite	% DTP	Redutor Residual	Limite	% DTP
Máximo			1/3 do Excedente					
(a)	(b)	(c) = (b-a)	(d) = (1/3*c)	(e) = (b-d)	(f)	(g) = (f-a)	(h) = (a)	(i)

Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

Anexo 2 - Dívida

Tabela 2 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Municípios

MUNICÍPIO DE JOÃO LISBOA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º Semestre de 2018

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	Saldo do Exercício de	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	27.533.728,42	27.315.342,49	27.206.624,86
Dívida Mobiliária			
Dívida Contratual	27.533.728,42	27.315.342,49	27.206.624,86
Empréstimos	-	-	-
Internos			
Externos			
Reestruturação da Dívida do Município			
Financiamentos	174.189,21	174.189,21	174.189,21
Internos	174.189,21	174.189,21	174.189,21
Externos			
Parcelamento e Renegociação de dívidas	27.359.539,21	27.141.153,28	27.032.435,65
De Tributos			
De Contribuições Previdenciárias	27.101.352,60	26.906.991,27	26.831.604,32
De Demais Contribuições			
Do FGTS	258.186,61	234.162,01	200.831,33
Com Instituição Não Financeira			
Demais Dívidas Contratuais			
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos			
Outras Dívidas			
DEDUÇÕES (II)	558.063,37	6.283.436,96	3.712.088,05
Disponibilidade de Caixa	558.063,37	6.283.436,96	3.712.088,05
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.726.444,46	6.697.506,43	3.919.958,57
(-) Restos a Pagar Processados	4.168.381,09	414.069,47	207.870,52
Demais Haveres Financeiros			
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	26.975.665,05	21.031.905,53	23.494.536,81
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	49.343.363,73	50.280.645,98	53.129.057,34
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	55,80%	54,33%	51,21%
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	54,67%	41,83%	44,22%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>	10.855.540,02	11.061.742,12	11.688.392,61
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	9.769.986,02	9.955.567,91	10.519.553,35

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	Saldo do Exercício de	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000			
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)			
PASSIVO ATUARIAL			
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	196.782,05	330.124,55	951.627,66
RP NÃO-PROCESSADOS			
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO			
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP			
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015			

FONTE: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hh e mmm>

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou consta pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha de "Pecatórios Posteriores a 05/05 pagos"

Nota:

Anexo 2 - Dívida

RS 1,00	
2018	
Não Preencher	
	-
	-
	-
	-
	-
	-
	-
	-
	-
	-
	-
	-
	0,00%
	0,00%

2018	
Não Preencher	
	-

fo nessa linha, mas sim na linha da
 cha deverá ser (0) "zero"

m no orçamento e ainda não foram
 /2000 (inclusive) - Vencidos e não

Tabela 3 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

MUNICÍPIO DE JOÃO LISBOA - PODER EXECUTIVO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2º Semestre de 2018

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	Saldo do Exercício de 2018		
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre	Não Preencher
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas				0,00
Em Operações de Crédito Internas				0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas				0,00
Em Operações de Crédito Internas				0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas				0,00
Em Operações de Crédito Internas				0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)				0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS(V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	49.343.363,73	50.280.645,98	53.129.057,34	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>	10855540,02	11061742,12	11688392,61	
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	9769986,02	9955567,91	10519553,35	

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	Saldo do Exercício de 2018		
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre	Não Preencher
DOS ESTADOS (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas				0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas				0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas				0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas				0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas				0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas				0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)				0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	0,00	0,00	0,00	0,00
MEDIDAS CORRETIVAS:				0

FONTE: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

1. Inclui garantias concedidas por meio de Fundos

Nota:

Tabela 4 - Demonstrativo das Operações de Crédito

MUNICÍPIO DE JOÃO LISBOA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º Semestre de 2018

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

<u>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</u>	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna		
Externa		
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos		
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços		
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 1 (I)		
Externa	0,00	0,00
Empréstimos		
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços		
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 1 (II)		
TOTAL (III)	-	-

<u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</u>	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	53.129.057,34	
OPERAÇÕES VEDADAS (V)		0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE(VI)= (IIIa + V - Ia - Iia)	0,00	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	8.500.649,17	16,00%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	7.650.584,26	14,40%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	3.719.034,01	7,00%

<u>OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00
Tributos		
Contribuições Previdenciárias		
FGTS		
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal da Dívidas	-	-

FONTE: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

1 Conforme Manual de Instrução de Pleitos - MIP STN/COPEM, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.

Notas:

Tabela 6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

MUNICÍPIO DE JOÃO LISBOA - PODER EXECUTIVO

MUNICÍPIO DE JOÃO LISBOA/MA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2º Semestre de 2018

LRF, art. 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente líquida	53.129.057,34	
Receita Corrente líquida Ajustada		
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	26649221,81	50,16%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <*>	28689690,96	54,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <*>	27255206,42	51,30%
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	#REF!	#REF!
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	#REF!	#REF!
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0	0,00%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	11688392,61	22,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0	0,00%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0	0,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	8500649,174	16,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	3719034,014	7,00%
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		

FONTE: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>